



ENTRE O TRABALHO E A FORMAÇÃO: DESAFIOS DE PERMANÊNCIA NAS LICENCIATURAS INTERDISCIPLINARES DA UFABC (2020–2023)

Nyla Gabrielly Silva Dias¹

RESUMO

Este estudo analisa o perfil socioeconômico e laboral dos estudantes das Licenciaturas Interdisciplinares em Ciências Humanas (LCH) e em Ciências Naturais e Exatas (LCNE) da UFABC (2020–2023). A partir de dados de questionários de rematrícula, buscou-se compreender como trabalho e renda influenciam a permanência e a formação docente. Os resultados revelam que a maioria dos licenciandos exerce atividades remuneradas, com jornadas superiores a 30 horas semanais, comprometendo a participação em atividades complementares. Parcela significativa é responsável pelo sustento familiar, mesmo em contextos de baixa renda. Identificou-se maior formalização e estágios remunerados na LCNE, enquanto a LCH concentra trabalhadores em ocupações informais. Conclui-se que a democratização do acesso não garante permanência em condições de formação plena, exigindo políticas robustas como bolsas, flexibilização de horários e valorização de estágios.

Palavras-chave: licenciaturas interdisciplinares; perfil discente; trabalho estudantil; políticas de permanência; formação docente.

INTRODUÇÃO

A expansão do ensino superior brasileiro, embora tenha promovido democratização do acesso, foi acompanhada por uma rígida estratificação horizontal (ROCHA; CARVALHAES, 2023), canalizando estudantes socioeconomicamente vulneráveis - egressos da escola pública, negros e mulheres - para cursos de menor prestígio social, como as licenciaturas.

Neste contexto, a Universidade Federal do ABC (UFABC) se destaca como um projeto institucional que ambiciona contrapor essa lógica. Criada em 2006 com um modelo pedagógico inovador, a universidade implantou em 2020 as Licenciaturas Interdisciplinares em Ciências Humanas (LCH) e em Ciências Naturais e Exatas (LCNE). Estes cursos carregam a promessa explícita de uma formação docente crítica, interdisciplinar e socialmente comprometida,

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Ciências Naturais e Exatas da Universidade Federal do ABC - UFABC, nyla.dias@aluno.ufabc.edu.br.



buscando romper com a fragmentação do conhecimento e com os modelos tradicionais de formação de professores.

Contudo, um paradoxo fundamental se impõe: até que ponto esse projeto pedagógico inovador é viabilizado ou negado pelas condições materiais concretas de seus estudantes? A literatura nacional é clara ao demonstrar que o perfil típico do licenciando brasileiro é o do estudante-trabalhador: indivíduos com renda familiar concentrada em até três salários mínimos, frequentemente responsáveis pelo sustento do domicílio e obrigados a conciliar os estudos com longas e desgastantes jornadas de trabalho (LOCATELLI; DINIZ, 2019; ROCHA; CARVALHAES, 2023). Essa realidade concreta gera o que Locatelli e Diniz (2019) conceitualizam como “exclusão silenciosa” – uma permanência frágil no sistema, onde o aluno, ainda que formalmente matriculado, é sistematicamente excluído da experiência universitária integral (pesquisa, extensão, vivência académica), essencial para uma formação docente de qualidade.

Diante deste cenário, este trabalho investiga o perfil socioeconômico e laboral dos estudantes dessas licenciaturas entre 2020 e 2023, buscando compreender como as condições de trabalho e renda influenciam suas trajetórias e tensionam o projeto pedagógico inovador. Problematizamos os limites de uma democratização do acesso não acompanhada por políticas de permanência robustas e refletimos sobre caminhos para efetivar uma formação docente plena e transformadora.

METODOLOGIA

Este estudo configura-se como uma pesquisa de natureza quantitativa, descritiva e analítica, orientada pela premissa de que as condições materiais de existência são determinantes fundamentais da experiência discente. A opção por esta abordagem justifica-se pela necessidade de capturar e operacionalizar empiricamente essas condições, tornando visíveis realidades que frequentemente permanecem obscurecidas nos discursos sobre inovação pedagógica.

A principal fonte de dados foram os questionários socioeconômicos de rematrícula obrigatória, aplicados pela Pró-reitora de Graduação (PROGRAD) da UFABC a todos os discentes regularmente matriculados nas Licenciaturas Interdisciplinares em Ciências Humanas (LCH) e Ciências Naturais e Exatas (LCNE) no período de 2020 a 2023. A natureza compulsória do instrumento garante uma base de dados abrangente e representativa,

minimizando vieses de não resposta. Paradoxalmente, estes dados administrativos, originalmente coletados para gestão acadêmica, revelam-se uma ferramenta poderosa para iluminar as contradições entre o projeto institucional e a realidade dos estudantes.

Foram operacionalizadas as seguintes variáveis, alinhadas aos conceitos de estratificação e exclusão silenciosa:

- Jornada de trabalho semanal: mensurada em faixas de horas, para avaliar a disponibilidade temporal para atividades acadêmicas.
- Tipo de vínculo empregatício: categorizado entre formal, informal, estágio e autônomo, para aferir a precariedade laboral.
- Renda familiar per capita: calculada a partir da renda total e número de moradores, para classificar a vulnerabilidade econômica.
- Condição de mantenedor do domicílio: dicotomizada entre corresponsável ou principal responsável, indicando o nível de pressão financeira.

O tratamento dos dados foi realizado em duas etapas complementares. Inicialmente, os dados brutos foram tabulados e organizados em séries históricas comparativas (2020-2023) utilizando o software Google Planilhas. Posteriormente, para análises mais complexas e geração de visualizações sofisticadas, empregou-se a linguagem de programação Python, com auxílio das bibliotecas Pandas (para manipulação de dataframes) e Matplotlib/Seaborn (para criação de gráficos). Este duplo protocolo permitiu não apenas a descrição estatística (frequências e percentuais), mas também a identificação de tendências temporais e contrastes significativos entre os cursos de LCH e LCNE.

Reconhece-se, contudo, a limitação inerente a dados quantitativos de origem administrativa: eles mapeiam o comportamento observável (o "o que"), mas são cegos aos significados subjetivos e às trajetórias individuais (o "como" e o "porquê"). Para superar esta barreira e conferir profundidade analítica, a interpretação dos resultados será intensamente mediada pelo diálogo com o referencial teórico. Os padrões numéricos identificados serão cotejados e interpretados à luz dos conceitos de estratificação horizontal (ROCHA; CARVALHAES, 2023) e exclusão silenciosa (LOCATELLI; DINIZ, 2019), permitindo transpor a mera descrição e avançar para uma crítica social fundamentada sobre os desafios de conciliar inovação pedagógica com justiça social na formação docente.



X Encontro Nacional das Licenciaturas
IX Seminário Nacional do PIBID

REFERENCIAL TEÓRICO

O perfil do estudante de licenciatura no Brasil não é uma mera curiosidade estatística, mas a expressão concreta de processos sociais mais amplos que articulam a história da profissão docente, as políticas de expansão do ensino superior e a estrutura de desigualdades sociais do país.

A expansão das matrículas no ensino superior brasileiro, notadamente a partir dos anos 2000, incorporou novos segmentos sociais à universidade. No entanto, operou-se um processo de estratificação horizontal (ROCHA; CARVALHAES, 2023): enquanto estudantes de origens mais privilegiadas concentram-se em cursos de maior prestígio e melhor retorno financeiro, os alunos egressos de escolas públicas, de baixa renda, negros e mulheres são alocados desproporcionalmente em cursos de menor status, como as licenciaturas. Este fenômeno não reflete "escolhas" individuais, mas sim um sistema que, ao abrir vagas, mantém e reproduz hierarquias sociais e acadêmicas. As licenciaturas funcionam como uma válvula de escape para um acesso formalmente democratizado, mas materialmente hierarquizado (LOCATELLI; DINIZ, 2019).

A entrada desse perfil social no ensino superior trouxe à tona a figura do estudante-trabalhador como protagonista. A maioria dos licenciandos possui renda familiar baixa, é responsável pelo sustento da casa e precisa conciliar estudos com longas jornadas de trabalho. Essa sobreposição de funções gera a "exclusão silenciosa" (LOCATELLI; DINIZ, 2019): o aluno não abandona o curso, mas é excluído de fato da experiência universitária integral – iniciação científica, extensão, monitorias – essencial para uma formação docente crítica e de qualidade.

Este perfil socioeconômico não pode ser dissociado da desvalorização histórica e social da carreira docente no Brasil. A opção pela licenciatura raramente é a primeira escolha, configurando-se frequentemente como uma opção por "descarte" ou via de acesso economicamente viável (ALMEIDA; NUNES; TARTUCE, 2010). Nesse contexto, a justificativa da "vocação" serve como um discurso de ressignificação (FANFANI, 2005), atribuindo valor simbólico e dignidade a uma escolha carente de reconhecimento social e financeiro. A formação docente ainda é vista mais como um "apostolado" que como uma profissão que exige rigor científico e condições adequadas (GATTI, 2014).

Por fim, este referencial nos leva à tensão central investigada: as condições socioeconômicas e laborais dos licenciandos da UFABC representam um obstáculo à efetivação

do seu projeto pedagógico inovador? A inovação pedagógica exige tempo para leitura, experimentação e imersão – um luxo incompatível com jornadas extensas e preocupações com a sobrevivência (DINIZ-PEREIRA, 2015). A análise dos dados será mediada por este questionamento, articulando a micro-realidade local com os macro-processos nacionais que moldam quem são e como vivem os futuros professores do Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados de 2020 a 2023 revela um perfil majoritário de estudantes-trabalhadores nas licenciaturas interdisciplinares da UFABC, cujas condições materiais impõem sérios desafios à permanência e à qualidade da formação. Os resultados, organizados em três eixos centrais – jornada de trabalho, precariedade laboral e situação socioeconômica – dialogam criticamente com o referencial teórico da exclusão silenciosa e da estratificação horizontal.

1. A Expansão da Jornada de Trabalho e seu Impacto Acadêmico

A evolução da carga horária semanal dos licenciandos entre 2020 e 2023 aponta para um cenário de crescente pressão laboral. O Gráfico 1 demonstra um aumento expressivo no número de estudantes que trabalham mais de 30 horas semanais, com este grupo tornando-se majoritário em 2023. Este dado é alarmante, pois uma jornada extensa compromete diretamente a disponibilidade para atividades acadêmicas fundamentais como iniciação científica, projetos de extensão e estudos aprofundados, configurando o cerne do fenômeno da “exclusão silenciosa” (LOCATELLI; DINIZ, 2019).

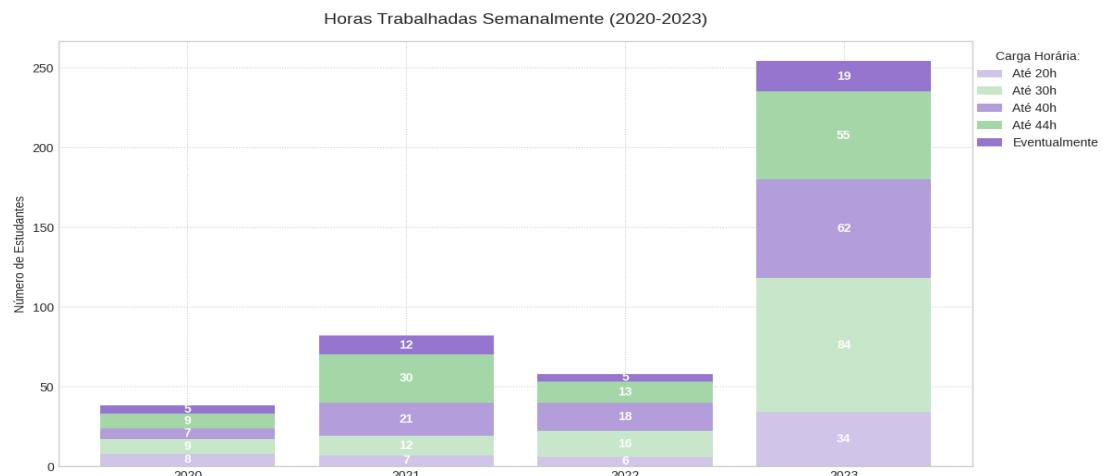


Gráfico 1: Horas trabalhadas semanalmente.



2. Desigualdades na Inserção Laboral: A Estratificação Interna

A análise comparativa entre os cursos revela disparidades significativas na natureza dessa inserção no mercado de trabalho. O Gráfico 2 evidencia que os estudantes da Licenciatura em Ciências Naturais e Exatas (LCNE) concentram-se em jornadas fixas de 30 a 40 horas semanais. Em contraste, os discentes da Licenciatura em Ciências Humanas (LCH) apresentam maior dispersão, com participação mais expressiva em jornadas irregulares ou eventuais.

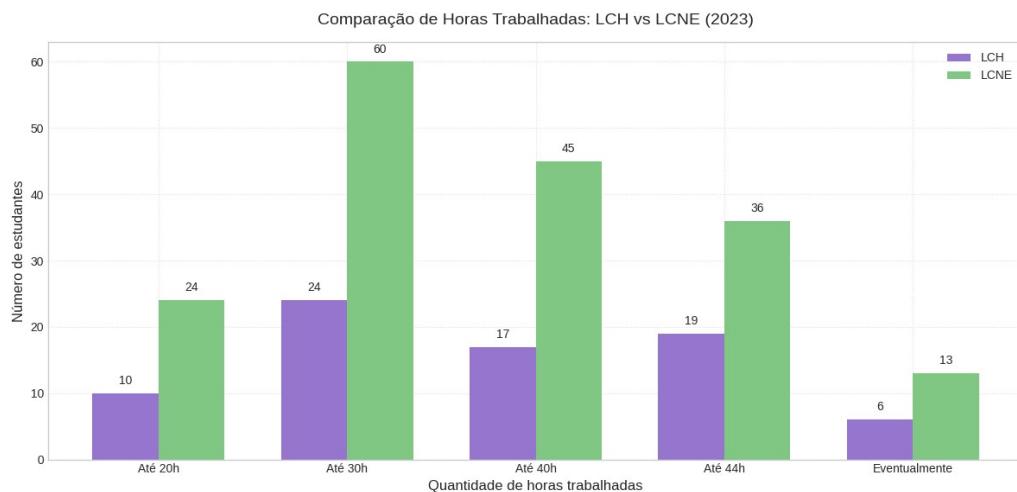


Gráfico 2: Comparação de Horas Trabalhadas: LCH vs. LCNE.

O Gráfico 3, que apresenta dados consolidados para ambos os cursos, revela um panorama geral marcado pela significativa presença de vínculos formais e de estágios remunerados, mas também por uma parcela considerável de ocupações informais e autônomas. No entanto, quando cruzado com a evidência do Gráfico 2, é possível inferir que essa composição geral agrupa realidades distintas: a maior formalização e presença de estágios provavelmente refletem a predominância do perfil da LCNE, cuja formação tende a facilitar o acesso a estágios técnicos e formais em empresas e indústrias. Por outro lado, a persistência de vínculos informais e precários espelha a realidade enfrentada por muitos discentes da LCH, cuja área de atuação, frequentemente associada a serviços, educação não-formal e cultura, é historicamente mais vulnerável à informalidade e à precarização. Esta clivagem ilustra uma estratificação horizontal interna, onde as desigualdades do mercado de trabalho se reproduzem dentro da própria universidade, moldando trajetórias distintas para futuros professores de áreas diferentes.



Vínculo Empregatício dos Estudantes (2020-2023)

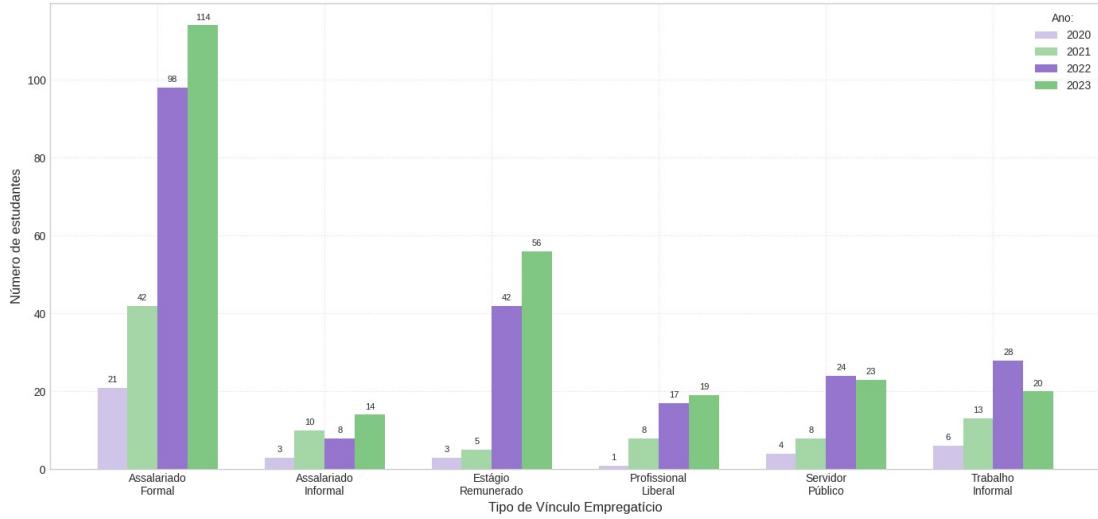


Gráfico 3: Vínculo Empregatício dos Estudantes.

3. Vulnerabilidade Socioeconômica e a Centralidade do Trabalho

O perfil socioeconômico dos estudantes corrobora e agrava o cenário de desafios à permanência. O Gráfico 4 confirma que a grande maioria dos licenciandos provém de famílias de baixa renda, com renda per capita concentrada em até três salários mínimos. Esta vulnerabilidade econômica base explica a centralidade do trabalho para a própria sobrevivência dos estudantes.

Distribuição da renda familiar per capita (2020-2023)

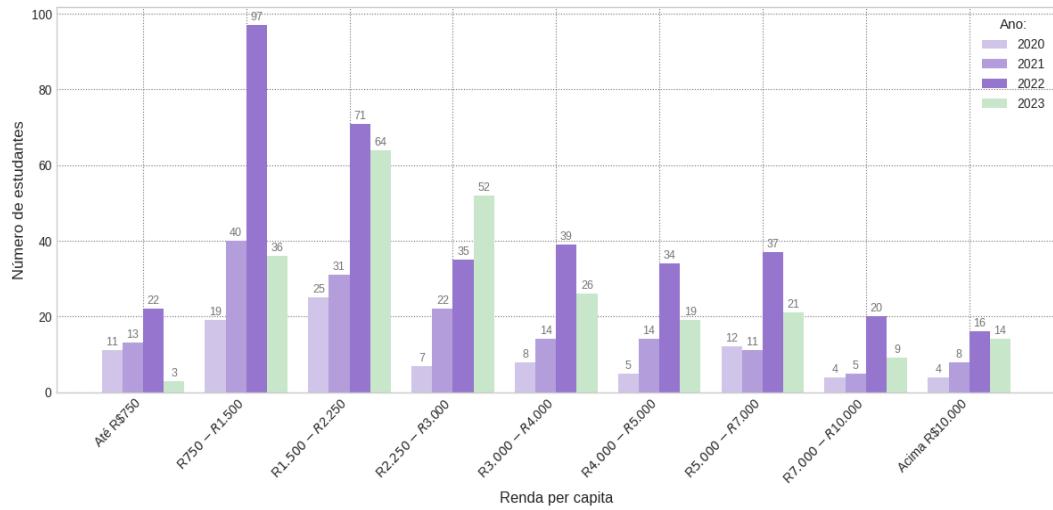


Gráfico 4: Distribuição de renda familiar per capita.

O Gráfico 5 deixa este ponto evidente: a principal fonte de sustento para a maioria esmagadora é o próprio trabalho, seja formal ou informal. O apoio familiar e, crucialmente, as bolsas institucionais aparecem em proporção significativamente menor, denunciando a insuficiência das políticas de permanência para atender à demanda real.

Principal fonte de sustento dos estudantes (2023)

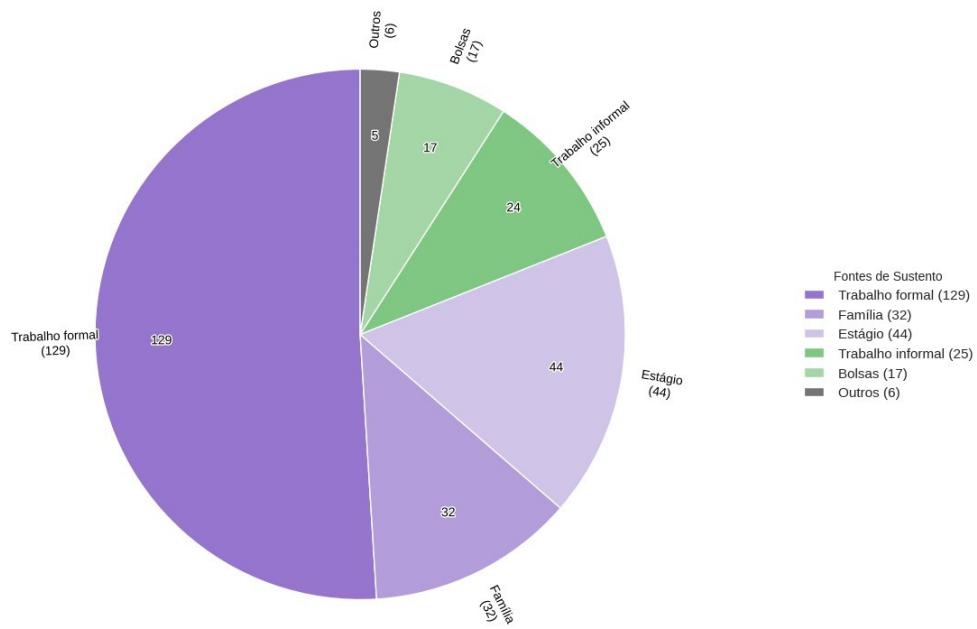
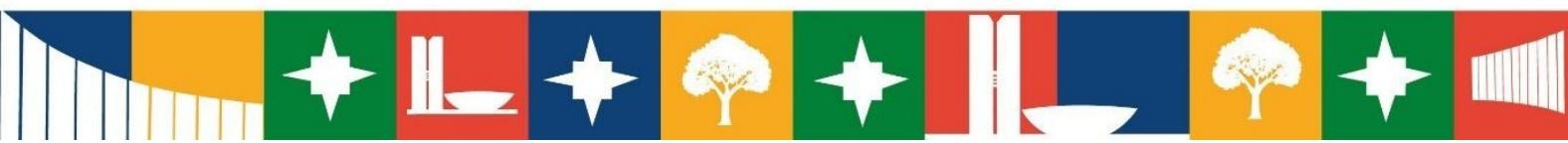


Gráfico 5: Principal fonte de sustento dos estudantes

Agravando este quadro, o Gráfico 6 revela que uma parcela expressiva dos licenciandos não é apenas responsável por seu próprio sustento, mas assume o papel de principal mantenedor do domicílio. Esta sobrecarga de responsabilidades financeiras, muitas vezes precoces, intensifica as barreiras à permanência e consome o tempo e a energia mental que deveriam ser dedicados à formação, transformando a experiência universitária em um processo de resistência cotidiana (ROCHA; CARVALHAES, 2023).



Principal mantenedor da família dos estudantes (2020-2023)

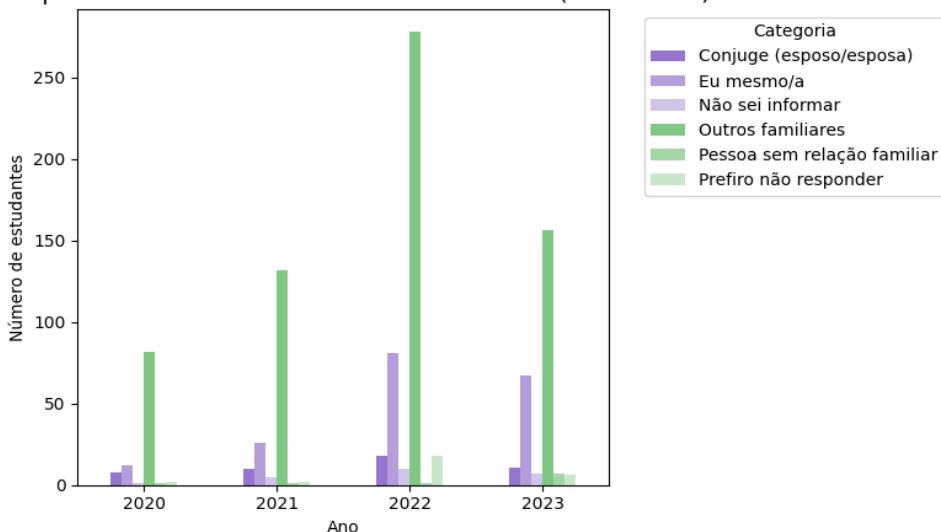


Gráfico 6: Principal mantenedor da família dos estudantes.

Os resultados revelam um cenário de permanência precarizada nas licenciaturas interdisciplinares da UFABC, onde a inovação pedagógica convive em tensão com a realidade material dos discentes. A maioria esmagadora dos estudantes é trabalhadora, com jornadas superiores a 30 horas semanais (Gráficos 1 e 2), configurando um processo de exclusão silenciosa (LOCATELLI; DINIZ, 2019) que os impede de usufruir plenamente de atividades formativas essenciais.

Identificou-se uma clara estratificação horizontal interna: enquanto a LCNE apresenta maior inserção em estágios remunerados e vínculos formais, a LCH concentra-se em ocupações informais e precárias (Gráficos 2 e 3), refletindo e reproduzindo as desigualdades do mercado de trabalho.

A vulnerabilidade socioeconômica é agravante (Gráfico 4). A hegemonia do trabalho como principal fonte de sustento (Gráfico 5) e a significativa parcela de estudantes como principais mantenedores familiares (Gráfico 6) transformam a experiência universitária em um ato de resistência cotidiana, onde a formação compete em condições desiguais com as urgências da sobrevivência.

Conclui-se que as condições materiais representam um obstáculo estrutural ao projeto pedagógico inovador. O risco é que a formação crítica seja soterrada pela lógica da sobrevivência acadêmica, exigindo políticas de permanência integradas que transcendam bolsas





pontuais e incluem flexibilização curricular, expansão de estágios remunerados e suporte financeiro robusto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo permitiu mapear e analisar o perfil socioeconômico e laboral dos estudantes das Licenciaturas Interdisciplinares em Ciências Humanas e em Ciências Naturais e Exatas da UFABC entre 2020 e 2023. Os resultados obtidos não apenas descrevem uma realidade, mas explicitam uma contradição fundamental: a existência de um projeto pedagógico inovador e interdisciplinar, orientado para a formação de professores críticos e transformadores, que convive com condições materiais de existência que tensionam e, não raro, inviabilizam a consecução plena desse mesmo projeto.

A predominância do estudante-trabalhador, submetido a jornadas extensivas superiores a 30 horas semanais, a dependência do próprio trabalho como principal fonte de sustento e a significativa parcela de discentes que atuam como principais mantenedores de seus domicílios compõem um cenário de permanência precarizada. Esta realidade configura um processo de exclusão silenciosa, conforme teorizado por Locatelli e Diniz (2019), no qual o aluno, embora formalmente matriculado, é privado do engajamento em atividades acadêmicas essenciais – como iniciação científica, projetos de extensão e uma dedicação integral aos estudos –, as quais são pilares indissociáveis de uma formação docente de qualidade.

Ademais, a identificação de uma estratificação horizontal interna entre os cursos evidencia que as desigualdades estruturais do mercado de trabalho permeiam os muros da universidade. A maior inserção em estágios remunerados e vínculos formais observada na LCNE, em contraste com a precarização e informalidade mais presentes na LCH, demonstra que as trajetórias formativas são profundamente marcadas pelas hierarquias de valor e oportunidade associadas a cada área do conhecimento. Isto revela que o desafio da permanência não é homogêneo, demandando olhares específicos para as diferentes realidades que coexistem dentro das licenciaturas.

Diante desse quadro, torna-se evidente que a democratização do acesso, conquista fundamental das políticas educacionais recentes, é apenas o primeiro passo. Para que ela se efetive em uma verdadeira democratização da formação e do êxito, é imperativo que seja acompanhada por políticas de permanência robustas e estruturantes. A análise realizada aponta





para a insuficiência das políticas atuais e a urgência de se avançar em um modelo integrado que inclua:

1. A ampliação e a garantia de continuidade de programas de assistência estudantil, como bolsas de permanência e auxílios, em valores compatíveis com o custo de vida da região;
2. A flexibilização curricular efetiva, com oferta de disciplinas em horários alternativos e validação de experiências profissionais, reconhecendo a condição de estudante-trabalhador;
3. A expansão de estágios remunerados vinculados à formação docente, em parceria com redes de ensino, assegurando que o trabalho dialogue com o projeto formativo;
4. A criação de programas de apoio psicossocial e de orientação que auxiliem os estudantes a gerenciar a dupla jornada e as pressões financeiras.

Conclui-se, portanto, que o futuro das licenciaturas interdisciplinares da UFABC – e sua capacidade de formar professores à altura dos desafios da educação básica brasileira – depende diretamente do enfrentamento dessas desigualdades. Garantir a permanência digna não é um custo, mas um investimento necessário para que a inovação pedagógica não remina um ideal no papel, mas se torne uma experiência formativa concretamente acessível, plena e transformadora para todos os que almejam contribuir com a educação neste país.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. A.; NUNES, M. M. R.; TARTUCE, G. L. B. P. Alunos do ensino médio e atratividade da carreira docente no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 140, p. 445-477, maio/ago. 2010.

DINIZ-PEREIRA, J. E. A situação atual dos cursos de licenciatura no Brasil frente à hegemonia da educação mercantil e empresarial. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 9, n. 3,

p. 273-280, 2015. Disponível em:
<https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1307>. Acesso em: 17 maio 2024.



GATTI, B. A. Formação inicial de professores para a educação básica: pesquisas e políticas educacionais. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 25, n. 57, p. 24-54, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/2676>. Acesso em: 17 maio 2024.

LOCATELLI, C.; DINIZ-PEREIRA, J. E. Quem são os atuais estudantes das licenciaturas no Brasil? Perfil socioeconômico e relação com o magistério. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 26, n. 3, p. 225-243, jul./set. 2019. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/13386>. Acesso em: 17 maio 2024.

ROCHA, D. N.; CARVALHAES, F. Quem são os futuros professores do Brasil? O perfil socioeconômico dos cursos de licenciatura do ensino superior. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2238-38752023v1325>. Acesso em: 17 maio 2024.

